ISSN: 2358-8829

# FORMAÇÃO DOCENTE: MEMÓRIAS DE TRAVESSIAS DE UM ESTUDANTE INDÍGENA UAHÁ

Elimar da Silva Nunes [1]
Sônia Maria Pereira do Amaral [2]

## INTRODUÇÃO

O século XXI, embora pareça extraordinário em suas invenções tecnológicas, ainda apresenta contradições quando trata dos povos originários, que em diferentes contextos, nós indígenas ainda somos invisibilizados enquanto sujeitos de direitos. Para muitos ainda somos os "índios" de 1.500, como se o tempo para nós estivesse parado, enquanto os demais parentes evoluem de acordo com as transformações que o mundo e as sociedades sofrem e isso não causa nenhum estranhamento, mas quando se trata do nosso povo, além de nos tratarem como genéricos – índios, estranham o nosso envolvimento cada vez maior em nossos territórios e em outros lugares de acesso aos direitos sociais.

Escrever minhas memórias é também um ato de resistência, para mim, para minha comunidade étnica Uahá, que acredita que podemos sim estudar, e nos formar na educação superior, que esse também é um direito nosso como cidadãos brasileiros, muito embora as escolas, as universidades ainda não estejam preparadas para nos receber com os nossos saberes, ainda estão assentadas nos saberes da tradição do mundo ocidental, deixando as nossas cosmologias e os nossos saberes às margens. Esse memorial, também é uma forma de deixar um legado, especialmente para mim, que agora sou pai, e o registro das minhas memórias será de grande importância para que a minha filha Yslla Sophia, conheça a nossa história.

A história de vida é o ponto de partida para a compreensão do sujeito, a partir de uma análise extensiva à todas as dimensões da sua existência. De acordo com Danaga (2020), "A história de uma vida não se resume apenas à narração de uma única vida, mas na narração de muitos encontros, agentes, e outras histórias". Nessa concepção, a narrativa de vida, leva em conta vários sentidos diferentes, por meia de uma articulação

[1] Graduando do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal do Pará – UFPA, Campus Universitário do Marajó-Breves, silvaelimar140@gmail.com;
[2] Professora orientadora: Doutora em Antropologia, Pedagoga, Faculdade de Ciências da Educação, UFPA, Campus de Breves, smpa40@yahoocom.br.

resgatada que o sujeito trilha ao longo da vida e abrangente em cada continente. Assim, a história permite diversas narrações de vida:

> Cada história é trabalhada visando perceber os momentos de articulação [...] os registros das ciências do humano nos quais as experiências são relatadas, as dialéticas que permitem compreender as orientações gerais de uma vida, as atitudes e aprendizagens do sujeito nas situações, nos acontecimentos, nos encontros e nas atividades impostas ou escolhidas ao longo da vida (Josso, 2027, P. 421).

Compreendemos, portanto, que a história de vida e formação de escolaridade, constituem memórias que o indivíduo vivenciou ao longo da sua vida, transcrever essas memórias, marca um período fundamental para compreender sua própria história de vida, de pensar e de agir. Como descrito por Freitas e Barguil (2021, p. 283)

> Compreender a vida não é fácil! Constituir sentido e formação através de nossa trajetória formativa não é simples. As Histórias de vida buscam, mediante a interpretação da experiência vivida, da sua trajetória, construir a identidade de cada pessoa. Ela é, portanto, uma prática autopoiética, ou seja, possibilita a produção de si mesmo.

Nas trilhas da memória em narrativas, o presente trabalho tem como objetivo apresentar as minhas memórias de estudante indígena, tendo como referência o início da escolarização, a saída do meio cultural e a minha formação docente na Universidade Federal do Pará – UFPA Campus Universitária do Marajó-Breves. Por se tratar de um relato de experiências, um memorial, o texto será escrito na 1ª primeira pessoa do singular e em alguns momentos na 1ª pessoa do plural, considerando que há também memórias coletivas e coletadas entre o meu povo Galibi-Marworno.

## METODOLOGIA

Esta pesquisa tem base na abordagem qualitativa da etnobiografia, que busca compreender a história de vida de um sujeito, articulando suas experiências individuais com o contexto cultural e social do grupo ao qual pertence. Para Vieira (2013) “Mais do que conhecer apenas a vida individual do informante, a etnobiografia ambiciona a compreensão do conhecimento que esse tem acerca dos modos culturais de funcionamento que o envolvem”. Para a coleta de dados, os instrumentos utilizados são as memórias do sujeito-aluno e entrevistas semiestruturadas realizadas com a família e na

aldeia, considerando a partir de Le Goff (1990, p. 423) que “a memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas”.

Partindo dessa compressão utilizamos a etnobiografia, para a coleta de narrativas de vida e memórias do sujeito da pesquisa, articulada à análise do contexto sociocultural, com o objetivo de compreender os significados atribuídos às experiências vividas ao longo de sua trajetória, refletindo o que Delory-Momberger (2016, p. 136) afirma que “o ser humano faz a experiência de si mesmo e do mundo em um tempo que ele relaciona com sua própria existência”.

Para a escrita desta etnobiografia enquanto documento acadêmico a pergunta da pesquisa a ser respondida é: Que travessias fez o estudante indígena para chegar à formação docente no Curso de Pedagogia da UFPA/CUMB? Como objetivo geral, apresentar as memórias das travessias que fez um estudante indígena para chegar à formação em Pedagogia na UFPA/CUMB e os específicos: Demonstrar a vida na aldeia e a relação com os conhecimentos da tradição indígena; descrever o início da escolarização em escolas indígenas e seus desafios e identificar as dificuldades de um indígena de sair do seu meio cultural para continuidade de seus estudos.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

A minha trajetória e história de vida, serão narradas tendo como base o que diz (Bragança 2012), para quem a história de vida é uma prática social e ignorar a história é ignorar a própria trajetória. É ignorar toda a bagagem que nos constitui enquanto seres humanos (Mendes 2023).

Quando eu nasci em 1996, o meu nome foi escolhido pelos meus pais de um livro dado pela diretora da escola da aldeia, que se tornou minha madrinha. Essa senhora levou o livro até a casa do meus pais para eles escolherem um nome, e assim, juntos escolheram o nome Elimar, que combinava com nome do meu pai Emílio, assim, foi registrado o nome que tenho. Sou o terceiro filho de quatros irmãos, nascido em 29 de outubro de 1996 na Aldeia Uahá, município de Oiapoque-AP, vindo de uma gravidez

esperada e tranquila, com um parto normal pela parteira da aldeia, Maria Luísa Nunes, minha avó.

A aldeia Uahá, o meu lugar, meu território de vivência, está localizada no município de Oiapoque, no estado do Amapá, na fronteira com a Guiana francesa. Na região de Oiapoque, onde se encontra as três terras indígenas da região, Ti Juminã, Ti Uaçá, e Ti Galibi. A aldeia Uahá está numa ilha de areia branca que em outros tempos era cheia de laranjais e poucos uahá (tucumã), por esse motivo, anteriormente por conta das laranjas ficou conhecida como Laranjal.

A minha trajetória estudantil inicia no Ensino Fundamental da Educação Básica, de 1ª a 4ª série e ocorreu de 6 a 12 anos de idade em 2004 a 2008, em uma escola Municipal Indígena na aldeia Uahá. Naquela época que eu estudava, até a conclusão do ensino fundamental das series iniciais, a escola ensinava os alunos, na língua materna (patuá) e língua portuguesa – bilingue. Os alunos não conseguiam compreender e interpretar os conteúdos e as atividades que os professores desenvolviam e explicavam na língua portuguesa, mesmo sendo professores brancos e indígenas das outras aldeias. Porém, a educação da escola na aldeia Uahá era aplicada da mesma forma que as escolas do município de Oiapoque, os professores utilizavam as práticas e atividades culturais por meio de livros que vinham da secretaria municipal de Oiapoque, ou seja, havia dissonância entre o que o art. 210, § 2º, da Constituição Federal que assegura às comunidades indígenas, a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.

Essa era maior dificuldade e desafios que eu e meus colegas enfrentávamos durante o desenvolvimento de alfabetização na escola por não saber falar e entender corretamente a língua portuguesa. Desse modo, destacamos a necessidade de que as legislações sejam cumpridas, a exemplo do Parecer CNE/CEB nº 14/99, que:

> Reconhece que a escola indígena é uma experiência pedagógica peculiar e como tal deve ser tratada pelas agências governamentais, promovendo as adequações institucionais e legais necessárias para garantir a implementação de uma política de governo que priorize assegurar às sociedades indígenas uma educação diferenciada, respeitando seu universo sociocultural.

Para continuar meu processo de formação mais acelerado do ensino fundamental, eu tinha que sair da aldeia para estudar na cidade de Oiapoque. Em 2014 fui

para a outra escola que oferecia naquele período e ainda oferece Educação de Jovens e Adultos da (EJA), onde pude concluir meu ensino fundamental 7ª e 8ª series, a chamada 4ª etapa da EJA. Nessa escola no decorrer do ano letivo de 2014, a maior preocupação do meus pais era eu sofrer o racismo por ser indígena, por não saber falar a língua portuguesa, por não ser acolhido pelos colegas, por não compreender os conteúdos e as atividades que os professores vinham desenvolvendo na escola. Entretanto, tudo ocorreu de forma bem diferente, a minha relação com a escola foi muito boa, fui bem acolhido pela turma, pelos grupos de trabalhos e pelos professores. A maioria dos professores compreendia minha situação devido que eles já terem entrada nas comunidades indígenas para lecionar.

O meu ensino médio do 1° a 3° ano ocorreu entre a idade de 19 a 20 anos, entre 2015 e 2016. Tive os mesmos desafios e preocupações que na escola anterior, no ensino fundamental em 2014. Nessa escola existiam discussões, brigas e até racismo. Entre esses fatos sofri racismo por ser indígena, por ser muito calmo na sala de aula. Além disso, segundo os comentários de alguns alunos a escola sempre apresentava violências entre aluno e de professores com alunos.

Após a conclusão do meu ensino médio da Educação Básica na cidade de Oiapoque, passei no processo seletivo do IFAP - Instituto Federal do Amapá – Campus de Oiapoque, na área de Recursos Humanos - RH, estudei entre os anos de 2017 e 2018, depois que conclui o curso, fiz dois processos seletivos da UNIFAP – Universidade Federal do Amapá, Intercultural Indígena e PSQI –Quilombola e Indígena em 2019. Porém, não conseguir ser aprovado nos dois processos devido muita concorrência com outros indígenas e poucas vagas naquele período.

Antes da minha entrada na Universidade Federal do Pará – UFPA no campus de Breves em 2022, eu já era casado com minha esposa Sofia, desde dezembro de 2020. Ela é indígena do povo Palikur da aldeia Kumenê, localizada na Terra Indígena Uaça, na região de Oiapoque, nós nos conhecemos na cidade de Oiapoque-AP e assim, construímos uma família, como veremos no decorrer dessa trajetória acadêmica.

Em 2021 quando abriu o edital do Processo Seletivo Especial – PSE IQ da Universidade Federal do Pará – UFPA, eu e minha esposa, fomos informados pela minha irmã - que já morava na capital do Pará – Belém, desde 2020, cursando licenciatura em História e fizemos nossas inscrições no qual a Sofia fez com a 1° opção em Serviço Social

para Campus de Breves e 2° opção em Biologia para Belém e eu fiz para 1° opção em Farmácia e 2° opção em Nutrição, as duas opções para Belém. Após isso, fomos homologados e logo em seguida no mês de agosto fomos realizar a 1ª etapa da prova – redação e 2ª etapa da prova – entrevista em setembro.

Mas, para mim e minha esposa Sofia fazer essa travessia da nossa comunidade até à capital do Pará, se tornava inviável, nós não tínhamos muitos recursos para o custeio de hospedem e logística. Porém, a viagem era bem longa, dois dias e duas noites e cruzava igarapé, estrada e rios para chegar ao destino onde era realizado o processo seletivo. Dessa forma, tínhamos que produzir farinha e tirar frutas da roça dos meus pais, que são nossos meios de sustento em que poderíamos vender para custear nossa viagem. Além disso, meus pais e pais da Sofia, nos ajudaram e com o incentivo da minha irmã, ficamos mais interessados de fazer o processo.

Portanto, quando saiu o resultado somente a Sofia conseguiu ser aprovado na 1°opção em Serviço Social no Campus de Breves, por ser muita concorrência não consegui aprovação nas duas opções que escolhi. No mesmo ano em outubro, foi lançado o edital novamente, onde me escrevi no processo seletivo no campus que minha esposa estudava, Campus de Breves na área de educação 1°opção Pedagogia e 2°opção Ciências Naturais. Após a inscrição, fui homologado para realizar a prova da 1ª etapa – redação em janeiro e 2ª etapa – entrevista em fevereiro de 2022. Desse modo, essa travessia do segundo processo seletivo foram os mesmos desafios e dificuldades que o primeiro processo para chegar até a realização das duas etapas da prova. Porém, quando saiu o resultado depois de uma semana em fevereiro, fiquei muito feliz, alegre e motivado com a notícia ao saber que eu tinha sido aprovado no processo seletivo da UFPA, na maior universidade do Norte.

Mas, ante do resultado, eu e Sofia já estávamos em Breves devido que ela já estar estudando o 1° período do curso dela que era intensivo durante dois meses, janeiro e fevereiro. Dessa forma, quando nós chegamos na cidade de Breves em fevereiro, nos hospedamos em hotel e pousada durante três dias para que ela pudesse estudar. Nesse caso, no terceiro dia procurávamos um hotel mais barato, porque nosso recurso estava acabando. Encontramos um kit net, porém, não tínhamos o valor, mas com ajuda do meus pais e da minha irmã, conseguimos nos mudar. Sendo assim, quando a Sofia concluiu seu

1° semestre do curso, nós voltamos para o Amapá no final de fevereiro devido que eu tinha que trabalhar e juntar um recurso para retornar e fazer a matrícula.

Quando eu fui realizar minha matrícula, já tinha onde me hospedar e esse dia compramos uma geladeira, fogão e botijão de gás, seminovos e os demais como cama, ventilador, louças foram comprados quando retornamos em julho para estudar. Dessa forma, nosso aluguel era pago todo mês com ajuda do nossos pais, eles mandavam o dinheiro e pagávamos. Depois que consigamos nossas bolsas de estudo, Bolsa Permanência do MEC - Lei 14.914, de 2024 garante acesso a programas para estudantes de baixa renda, incluindo a Bolsa Permanência, nossos pais não deveriam se preocupar em nos ajudar com esse valor, mas, mesmo recebendo nossos auxílios na condição de estudantes, não pararam de nos ajudar quando precisávamos, porque as vezes ficávamos sem dinheiro para compra nossa comida, as vezes a gente não comia um dia, as vezes não conseguiríamos emprestar com alguém e também as vezes nossos pais não tinham como ajudar. No decorrer desses períodos em 2024, a minha esposa Sofia ficou gravida da primogênita Yslla Sofia, que nasceu em janeiro de 2025 no Hospital Municipal de Breves. Dessa forma, construímos nossa família maravilhosa e tivemos uma filha linda e saudável. Sendo assim, com mais um membro incluso nossa família aumentou durante os períodos de nossos estudos.

O primeiro contato com a minha turma do curso de pedagogia 2022, foi quando, fui fazer minha matrícula encontrei duas colegas só que não sabia os nomes delas, mas eram da minha turma, se não me falha memória era Sabrina e Alice, elas me perguntaram “você veio fazer sua matrícula? Respondi, sim! Elas, seja bem-vindo! O segundo contato, foi no primeiro dia da aula na faculdade, uma outra colega veio falar comigo e perguntado “é você que é Elimar, indígena? Respondi, sim! Ela, seja bem-vindo então! Fiquei feliz por saber que a representação que elas faziam dos indígenas não era na perspectiva da subjugação, do “selvagem sem cultura”, muitas vezes, ainda definido por seus trajes e aparência.

A partir disso, quando entrei na sala da minha turma, olhei e observando a sala e meus colegas, percebi que também tinha colegas Quilombolas e Ribeirinhas, ou seja, havia um grupo intercultural formado povos tradicionais - definido pelo Decreto nº 6.040, de 2007,

> Como aqueles grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição

Fiquei um pouco nervoso nesse momento devido como eu iria me apresentar, mas tudo ocorreu bem. Após isso, o professor passou um trabalho para produzir em grupo e eu fui acolhido por um grupo da turma para fazer parte daquela produtividade. Porém, não somente esse grupo, como também os outros grupos que me acolheram no decorrer do curso. Assim, comecei a me aproximar dos colegas, interagindo e dialogando com minha turma.

No decorrer do curso, como mencionei anteriormente, tinha colegas quilombolas e ribeirinhas que estudavam na minha turma, e eu indígena e nesse processo intercultural de relações de trocas de experiências, fomos nos aproximando. Assim a nossa turma se tornou um lugar de muitas trocas de experiencias culturais, representantes de povos tradicionais, citadinos, incluindo os docentes que faziam parte desse processo de ensino na transmissão de conhecimentos interculturais para nossa realidade de maneira contextualizada.

Desse modo, no 2º e 3º semestre, já dialogava mais e conhecia bem meus colegas da turma. Partindo disso, fui me aproximar e conhecer os colegas tradicionais, Amanda e Marcela, ribeirinhas; Geovanilda e Rosimaira quilombolas. Dessa forma, começávamos apresentar trabalhos da faculdade em grupo formado por nós quatro. A Rosimaira apresenta os trabalhos em outro grupo. As vezes quando os professores passam atividades para formar um grupão, os dois grupos emendavam. Porém, ao longo do curso, nosso grupo começou a se construir através de apresentação de trabalhos, de projetos e de estágios e só desmontava quando os trabalhos e estágios eram individuais, dupla e trio, mesmo assim, sempre um ajudava outro.

Nesse contexto, perante o curso, os docentes desenvolviam suas aulas de forma objetivas e formativas para que o estudante pudesse compreender o que seria ensinado. Levavam a interculturalidade na sala de forma pratica com dinâmicas. Além disso, quase todas atividades que os professores e professoras trabalhavam eram voltadas para minha realidade no curso como inclusão cultural, grupo e povos. Dessa forma, eu comecei a me

esforçar, dialogar e aprender mais com os/as docentes e ter essa amizade e vivência de professor/a e aluno na sala de aula. Sendo assim, essa vivência da interculturalidade de ensino na turma, nos campos de estágios e no campo de pesquisa me proporcionou bastante experiências durante o curso.

Enquanto, a minhas participações nos eventos, foram mais efetivas no 1°, 2º e 3° semestre quando participei mais dos eventos que aconteciam. Do 4° semestre em diante não participava muito por causa da distância que eu morava, as vezes iria quando tinha algum recurso, as vezes não e, do tempo, que não tinha muito por causa dos trabalhos da faculdade e estágios. Porém, eu participava de um projeto de extensão em 2025 muito interessante que rendia bastante conhecimentos e experiências "Educação em Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes do 5° ano no Ensino Fundamental", na condição de voluntario. Não continuei devido que o projeto não oferecer bolsa. Porque, como eu era estudante de vulnerabilidade social, que pagava aluguel e energia, seria para mim um projeto com bolsa. Sendo assim, no mesmo ano, eu participei de outro projeto de extensão "Programa Participação Social com Educação no Marajó, que oferecia bolsa para realização do projeto. Esse programa era coordenado por uma professora do curso de Serviço Social.

Em relação à valorização da minha identidade indígena pela universidade, num processo de trocas culturais, muitas vezes fui convidado pelos professores e professoras para participar dos eventos produzidos para que eu pudesse falar das nossas identidades de povos originários, da minha realidade na aldeia Uahá, costumes, religião, dentre outros marcadores de identidades. Diante dessas narrativas posso afirmar que a minha trajetória acadêmica possibilitou uma aproximação com uma realidade educacional através de experiências vividas no curso, nos projetos, nos eventos, estágios e práticas pedagógicas contribuíram durante essa caminhada, também foi de grande importância para meu autoconhecimento e as narrativas mostram uma trajetória marcada por desafios, aprendizagens e conquistas para minha formação profissional e pessoal.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As narrativas apresentadas advindas da minha memória de estudante e indígena, mostraram a minha trajetória que é histórica para mim, minha família e para meu povo. Narrativas que vieram por meio de vivências, experiências, saberes, contribuições dos

parentes que fazem parte da minha família. A narrativas não foram apenas de memórias que vieram à tona e ficaram sem alcançar outros lugares, elas me ajudaram no processo de ensino e aprendizagens, pessoal e profissional, com evolução diária no sentido de me transformar enquanto humano em aprendiz profissional, através da interação social. Nesse sentido, esta etnobiografia, não fez apenas a exposição de uma realidade de vida de forma qualquer no processo de formação, mas sim amostrou a importância da educação que ocorre como instrumento para evolução pessoal dentro das identidades que me formam enquanto homem indígena; mostrou meu avanço no contexto educacional.

Quando olho para trás, percebo tudo aquilo que foi desenvolvida durante a minha infância na educação até o ensino superior, que se torna a formação de conhecimento em uma consciência de mundo sobre o meu papel do educador que deverá estar atento às diferentes identidades presentes na sala de aula; as diferentes etnias, religião, dentre outras diversidades que formam a humanidade. Essa visão leva em consideração também a reflexão e autocrítica numa perspectiva de melhorar elaboração de algumas questões que ainda estão por serem produzidas na minha formação e na vida.

O presente trabalho, ainda demostrou a contribuição da escola, a sala de aula, indígena e não indígena, do meu povo Galibi-Marworno, da comunidade da minha aldeia Uahá e da UFPA, todos fizeram parte da construção da minha formação acadêmica, colaboraram na construção da minha prática educacional e social. Sendo assim, ressalto que a formação docente não é apenas apreender, buscar conhecimento e experiencia na graduação, como também é formada e rodeada por histórias, construção de identidades e mudanças que se reafirma ao longo dos anos. A minha história torna-se importante para que os outros parentes possam a ter a mesma visão de percorrer esse processo de busca de formação, que não é fácil, mas é direito de todos nos.

**Palavras-chave:** Etnobiografia; Memórias; Formação Docente; Estudante Indígena.

## REFERÊNCIAS

BRAGANÇA, I. F. S. **Capítulo 2 - História de vida nas ciências humanas e sociais: caminhos, definições e interfaces.** Diálogo entre Brasil e Portugal [online]. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2012, pp. 37-57. ISBN: 978-85-7511-469-8. Disponível em: https://books.scielo.org/id/f6qxr/pdf/braganca-9788575114698-04.pdf/. Acessado em: 16/02/2026

BRASIL, Constituição da República Federativa. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1988/constituicao-1988-5-outubro-1988-322142-normaatualizada-pl.html. Acessado em: 15/10/2026

DANAGA, A. C. Sujeitos, narrativas e grafias: reflexões sobre etnobiografia e liderança. **Revista @ntropologia da UFSCAR**. UEMS, Mato Grosso do Sul. R@U, 12 (2), jul./dez. 2020: 109-130.

DELORY-MOMBERGER, C. A pesquisa biográfica ou a construção compartilhada de um saber do singular**. Revista Brasileira de Pesquisa (Auto) biográfica**. Salvador, v. 01, n. 01, p. 133-147, jan./abr. 2016. Disponível em: http://www.revistas.uneb.br/index.php/rbpab/article/view/2526/1711/. Acessado em: 16/02/2026

FREITAS, B. M.; BARGUIL, P. M. Histórias de vida e pesquisa (auto)biográfica: contribuições para a formação da identidade docente. **Revista Educar Mais.** 2021 | Volume 5 | Nº 2 | Pág. 280 a 293. Disponível em: https://periodicos.ifsul.edu.br/educarmais/pt_BR/article/view/2242/1696/**.** Acessado em: 17/02/2026.

BRASIL. Decreto n°6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Politica Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm/. Acessado em: 28/10/2026.

BRASIL. Bolsa Permanência do MEC. Lei n°14.914, de julho de 2024. Politica Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/l14914.htm/. Acessado em: 28/10/2026

BRASIL. Parecer CNE/CEB n°14/999. Dispõe sobre as Diretrizes Nacionais para o funcionamento das escolas indígenas. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/cne/normas-classificadas-por-assunto/educacao-indigena-1/. Acessado em: 28/10/2026

JOSSO, M. C. **A transformação de si a partir da narração de histórias de vida. Educação**, Porto Alegre, ano XXX, v.3, n.63, 413-438p. set.-dez. 2007.

KISHIMOTO, T. M. Jogos, brinquedose brincadeiras do Brasil. **Espacios en Blanco - Serie Indagaciones** - Nº 24 - Junho 2014 (81-106). Disponível em: https://www.scielo.org.ar/pdf/eb/v24n1/v24n1a07.pdf/. Acessado em: 25/07/2026.

LE GOFF, J. História e Memória. Tradução Bernardo Leitão...[et al.] Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990.

MENDES, D. S. F. **Memorial de formação: relatos autobiográficos de uma pedagoga em construção.** UFMA, Imperatriz. 2023

SANTOS, G. C. **Roteiro para elaboração de Memorial**. Campinas, SP: Graf. FE, 2005. ISBN: 85-86091-. Disponível em: https://share.google/0k2mLQEznSUQq2SLy/. Acessado em: 24/07/2026.

VIEIRA, R. Etnobiografias e descoberta de si: uma proposta da Antropologia da Educação para a formação de professores para a diversidade cultural. **Pro-Posições** | v. 24, n. 2 (71) | P. 109-123 | maio/ago. 2013